Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade¹

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar²

Silvia Márcia Ferreira Meletti³

RESUMO

Análises de possíveis impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Desde a década de 1990, a caracterização da educação oferecida aos alunos com deficiências tem sofrido impacto do processo de universalização da educação pública, com a implantação de uma proposta de educação inclusiva. Dentre as ações efetivadas a partir desse princípio, em 2003 teve início o Programa do Governo Federal “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, implantado nos municípios brasileiros com o objetivo de transformar os sistemas educacionais já existentes em sistemas educacionais inclusivos. Esse programa é parte da política pública brasileira e complementar a outros cujo objetivo é a formação de um sistema educacional inclusivo no Brasil. Atento aos possíveis impactos dessas ações na escolaridade de alunos com deficiências, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar indicadores educacionais de dois estados, Paraná e Mato Grosso do Sul, no período entre a implantação do Programa, 2003, e o ano de 2010. Para tanto, são utilizados microdados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As análises apontam que, a despeito da implantação da política de educação inclusiva, formas de atendimento segregado ainda estão marcadamente presentes nos dois estados.

Palavras-chave: educação inclusiva; política educacional; Educação Especial.

ABSTRACT

Analysis of potential impacts of the Program Inclusive Education: Right to Diversity. Since the decade of 1990, disabled people education has been changing with the process of universalization of public education, with an inclusive education proposal. Among actions developed due this direction, at 2003 started a governmental program entitled Inclusive Education: Right to Diversity that has been implanted in Brazilian regions with the objective of turning regular educational systems into inclusive educational systems. This program is part of a Brazilian public policy and belongs to a group of other projects whose objective is to build an inclusive educational system in Brazil. Aware for the possible impacts of this program in disabled student

1 Texto elaborado a partir de pesquisas financiadas pelo CNPq e Observatório da Educação – CAPES.

2 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: mkassar@terra.com.br

3 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: meletti@uel.br

education, the purpose of this article is to present and to analyse educational statistical indicators of two states: Paraná and Mato Grosso do Sul, in a period between the program implantation year, 2003, and 2010. For this, are used microdata provided by Brazilian National Institute of Educational Research (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). The analyses point out that despite the implantation of inclusive educational policy, segregated treatment forms are still present in both states.

Key words: inclusive education; educational policy; Special Education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as escolas públicas brasileiras têm recebido um número crescente de alunos com deficiências em suas salas de aulas comuns. Apesar de presente nas escolas públicas desde a organização da instrução pública no Brasil republicano, essa população esteve extremamente sub-representada e frequentou essas escolas, na maior parte dos casos, classes especiais ou oficinas pedagógicas durante o século XX⁴. Assim como em diferentes países, a Educação Especial brasileira constituiu-se como um conjunto de atendimentos paralelo ao sistema público de ensino, de modo que grande parte dessa população, quando atendida, o era em instituições especiais privadas de caráter filantrópico. Até o final do século XX, o setor público atendeu de forma compartilhada, em sua maioria, alunos com deficiências mais leves em classes especiais em escolas públicas e o setor privado atendeu alunos com deficiências mais severas em instituições especializadas. Em 1988, o Ministério da Educação mostrava que, dos alunos que recebiam atendimento especializado no Brasil, 78,21% frequentavam instituições privadas e apenas 21,78% estavam em instituições sob administração pública (BRASIL, 1991a). Já quando considerada a matrícula de alunos em instituições regulares de ensino, a relação era diferente: 2,82% estavam matriculados em escolas privadas e 97,18% estavam em escolas públicas, para a população de 07 a 14 anos (BRASIL, 1991b).

O processo recente de universalização educacional, ainda que precário, tem trazido impactos à educação desses alunos. Esse processo tem sido, mais recentemente, denominado de movimento de inclusão educacional e a universalização do acesso à escola tem sido apresentada como garantia à inclusão social. Esta perspectiva fica clara no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, denominado “Plano Brasil de Todos: participação e inclusão”, que teve como objetivo de longo prazo, inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego (BRASIL, 2003) e no PPA 2008-2011, “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade”, que

⁴ Há registros de matrículas de alunos com deficiências em escolas públicas brasileiras desde o final do século XIX (cf. BRASIL, 1975).

se propôs a dar continuidade à estratégia de desenvolvimento anunciada no Plano anterior (BRASIL, 2007). Neste último, a educação foi apresentada como prioridade e esta foi atrelada à atenção à diversidade e à inclusão social.

Dentre diversas ações cujo compromisso foi a atenção à educação, em 2003 teve início o Programa do Governo Federal denominado “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” (BRASIL, 2004), promovido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação⁵. Esse Programa faz parte da política educacional brasileira e vem sendo implantado na totalidade dos municípios brasileiros com o objetivo de disseminar a política de educação inclusiva, através de ações de apoio à formação de gestores e educadores para transformar os sistemas educacionais já existentes em sistemas educacionais inclusivos. O princípio que fundamenta esse Programa é o da “garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino” (BRASIL/MEC/SEESP, 2006).

Nesse programa, alguns municípios assumem o papel de municípios-polo, que se responsabilizam por uma área de abrangência em um sistema de formação de multiplicadores. Em um primeiro momento, o Programa instituiu convênio com 144 municípios distribuídos pelas diferentes regiões brasileiras, que assumiram a responsabilidade de município-polo e assumiram as ações de multiplicadores para outros 2.583 municípios em suas áreas de abrangência (BRASIL/MEC/SEESP, 2006). Os últimos dados mostram que o Programa está em funcionamento em 162 municípios-polo que, em parceria com o próprio Ministério, oferecem seminários (os Seminários da Educação Inclusiva: Direito à Diversidade), com duração de 40 horas, em que são formados profissionais da educação denominados de “multiplicadores”. O Ministério informa, ainda, que foram formados profissionais provenientes de todos os municípios brasileiros.

Esse programa vem sendo implantado juntamente a outros e o conjunto dessas ações promete a formação de um sistema educacional inclusivo no Brasil. O contato de um município com este programa, como ação articulada do governo federal, indica também seu contato com a política brasileira de educação inclusiva e sua possibilidade de acesso aos demais programas de inclusão educacional. Pela magnitude do programa, por seu objetivo e por ser considerado extremamente relevante, já que se faz presente em todo o território nacional, entendemos que sua implantação

⁵ Até a data do término deste texto, as ações relativas à Educação Especial estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

deve impactar, de alguma forma, o número de matrículas dos alunos com deficiências⁶ nos diferentes municípios do país. Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar os indicadores educacionais de dois estados, Paraná (PR) e Mato Grosso do Sul (MS), no período entre a implantação do Programa, em 2003, e o ano de 2010.

Disseminação do Programa e impasses

Desde a implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, vários documentos têm sido elaborados e distribuídos pelo Ministério da Educação nos municípios brasileiros no decorrer dos cursos de formação em serviço para os profissionais da educação. Entre os inúmeros documentos, ressaltamos um denominado “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado”, publicado pela primeira vez em 2006. Trata-se de uma “cartilha” em que era apresentada a importância da existência do Atendimento Educacional Especializado (AEE) prioritariamente em salas de recursos multifuncionais e que alertava para a necessidade de mudança do papel das instituições especializadas para responder às demandas da Educação Inclusiva⁷ como mais um locus de AEE. Este documento definia este atendimento como:

[...] uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2006).

O atendimento educacional especializado era apresentado como complementar ou suplementar à escolarização e nunca como substitutivo e essa diretriz anuncia o caminho posterior da política educacional a ser implantado: matrícula de todos os alunos em escolas comuns, dentro do processo de universalização escolar, conjugado, quando necessário, ao atendimento educacional especializado nas formas complementar e/ou substitutiva. Para formalização dessa diretriz, em 2008 foi aprovado o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Além de garantir essa proposta, o Decreto também alterava o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007⁸, garantindo recursos financeiros para sua efetivação. Para a implementação deste Decreto, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 instituiu as Diretrizes

6 Os alunos com deficiências estão caracterizados nos dados organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como “alunos com necessidades educacionais especiais”.

7 Para detalhes ver Kassab e Rebelo (2011).

8 Trata-se do Decreto que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Esses documentos, coerentes à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, divulgada em 2008, legalizaram a diretriz anteriormente anunciada. Conforme esclareciam as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, em seu artigo 5º,

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Para a garantia dessa proposta, a Resolução CNE/CEB 04/2009 definiu o direcionamento de recursos para tal fim:

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada:

- a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional

Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009, grifos nossos).

Todos esses documentos solidificaram a posição do governo brasileiro para a implantação da educação inclusiva, de forma a favorecer a matrícula compulsória dos alunos com necessidades educacionais especiais, e dentre eles os alunos com deficiências, nas escolas públicas e o atendimento educacional especializado prioritariamente também em instituições escolares públicas.

Esse posicionamento foi modificado no final do ano de 2011, quando o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 revogou e, de certa forma, substituiu o Decreto 6.571 de 2008. O Decreto de 2011 dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, diferentemente do Decreto de 2008 que dispunha apenas sobre o atendimento educacional especializado. Uma alteração refere-se à dúvida sobre a obrigatoriedade de frequência dos alunos na rede pública de ensino para recebimento de recursos, de modo que são consideradas

para a educação especial, “as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas”, conforme o [parágrafo 1º do artigo 14 do Decreto nº 7.611](#).

Essas mudanças nos rumos da política educacional podem ser explicadas por diferentes movimentos de setores que historicamente foram se fortalecendo no país: de um lado grupos da sociedade civil relacionados às instituições especializadas que oferecem atendimento especializado no país há quase um século⁹ e que, de certa forma, ocuparam papel secundário na política em implantação de 2006 a 2011; por outro lado, há um movimento, também da sociedade civil, que apresenta críticas ao processo de institucionalização oferecido às pessoas com deficiências e que entendem que a não participação de alunos em escolas comuns públicas caracteriza discriminação¹⁰.

Dois estados brasileiros diante do desafio de implantação de um sistema educacional inclusivo

O pequeno relato acima possibilita dizer que, a despeito da apresentação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 e dos documentos legais decorrentes dessa perspectiva, sua efetivação não é tranquila. Como qualquer política pública, a política educacional não é efetivada sob uma relação unidirecional, em que leis são assimiladas “automaticamente” e homogeneamente por todo país. Como bem argumenta Di Giovanni (2009), uma política pública é mais que “simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática”. Uma política pública é “resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade”, sendo que se incluem nessa interação “as relações sociais travadas também no campo da economia” (DI GIOVANNI, 2009). Nas diferentes localidades, as propostas sofrem interpretações, são lidas e entendidas diferentemente, de acordo com inúmeras variáveis históricas, econômicas e sociais.

9 O registro da primeira escola Pestalozzi de ensino especial do Brasil é de 1926. Para detalhes, ver <http://www.pestalozzi-canoas.org.br/instituto-pestalozzi.php>.

10 Como exemplo, citamos o movimento “Inclusão Já” e a “Rede Inclusiva – Direitos Humanos no Brasil”, que apresentou em julho de 2011 ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, um manifesto denominado Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Cumpra-se!, defendendo a política de educação inclusiva em implantação pelo Ministério da Educação até o final de 2011.

Em relação ao atendimento educacional de alunos com deficiências, apresentamos dados referentes a matrículas em dois estados brasileiros, Mato Grosso do Sul e Paraná, que têm, em suas histórias, forte presença das instituições especializadas através da ação de instituições sem fins lucrativos¹¹.

Em levantamento realizado em 2002, Bueno e Kassar (2005) verificaram que em Mato Grosso do Sul havia forte presença de instituições privadas na educação especial. De 5.468 matrículas de alunos “portadores de necessidades educativas especiais”¹² em serviços especializados (instituições ou classes especiais), 4.608 (84%) aconteciam em instituições privadas sem fins lucrativos. Esse índice era visivelmente maior do que o índice no país no mesmo ano para a mesma categoria (60%).

Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul possui 65 escolas de instituições privadas de Educação Especial distribuídas em 56 dos seus 78 municípios. Com essa grande presença, percebe-se a força dessas instituições nesse estado. A despeito dessa presença, em 2007, o Governo do Estado propôs o fim dos convênios de cedência de professores para as instituições especializadas privadas. Tal atitude causou grande tensão entre instituições e governo estadual e culminou com a elaboração de um documento entregue ao Governo do Estado, pelas instituições alertando a impossibilidade da continuidade dos trabalhos sem os convênios, e a intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Estadual (MPE), que segundo divulgado na mídia, “decidiram propor ao governo do Estado a retomada imediata dos convênios com as entidades de educação especial de Mato Grosso do Sul” (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2007, s/p).

No estado do Paraná, a educação especial consolidou-se em instituições especiais filantrópicas. Em 2011, de acordo com dados divulgados pelo governo paranaense, o estado contava com 394 instituições especiais conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação distribuídas em um universo de 399 municípios.

Em agosto de 2011, após processo desencadeado pelo então governador Roberto Requião no início de 2010, é publicada a Resolução 3600/2011 (GS/SEED, 2011), que em seu artigo 1º, autoriza a

[...] alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011. (GS/SEED, 2011)

11 Fazem parte do terceiro setor instituições privadas sem fins lucrativos. Para detalhes, ver Bueno e Kassar, 2005.

12 Nomenclatura utilizada no período da pesquisa.

Em seu artigo 2º, autoriza a participação das instituições em todos os programas e políticas públicas da área da educação, o que garante a manutenção dos subsídios públicos para o setor privado e dos alunos com necessidades educacionais especiais em espaços segregados de ensino.

O impacto desse conturbado processo no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica está registrado nas sinopses estatísticas e nos microdados dos Censos Escolares. Estes se configuram como

[...] um levantamento anual de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coleta é feita em todas as escolas públicas e privadas do país, responsáveis pelo preenchimento de um formulário disponível no sistema on-line Educacenso. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades coletando dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (MELETTI e BUENO, 2010).

Em todo o universo de dados disponíveis nos bancos do INEP, selecionamos e organizamos aqueles referentes à matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, verificando sua incidência em relação à totalidade de matrículas na educação básica no Brasil, no Mato Grosso do Sul e no Paraná. Agregamos os dados por modalidade de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos – EJA), respeitando as classificações e nomenclaturas adotadas pelo INEP. O período selecionado para análise foi de 2004 a 2010. Todos os dados foram analisados tomando 2004 como o ano-base.

Os dados referentes às matrículas gerais e de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica no Brasil, no Mato Grosso do Sul e no Paraná estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Matrículas de alunos em geral e com necessidade educacional especial no Brasil, Mato Grosso do Sul e Paraná (2004-2010)

Ano	Brasil		Mato Grosso do Sul		Paraná	
	Ed. Básica		Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE
	56 174					
2004	997 56 471	566 753	693 231	10 574	2 813 853	66 159
2005	622 55 942	640 317	699 073	12 402	2 768 408	71 047
2006	047 52 179	700 624	703 791	13 509	2 789 527	79 877
2007	530 52 321	654 606	680 267	10 527	2 711 966	77 885
2008	667 52 580	657 272	684 724	11 190	2 711 486	54 478
2009	452 51 549	604 884	687 084	11 129	2 706 018	47 095
2010	889	702 603	677 137	12 883	2 687 406	54 029

Fontes: MEC/INEP. Sinopses estatísticas da educação básica (2004, 2005 e 2006); MEC/INEP. Microdados (2007, 2008, 2009 e 2010).

Analisando os dados da tabela, constata-se que, no Brasil, a tendência de queda do número de matrículas na educação básica não é observada nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. O cotejamento dos dados de 2010 com os de 2004 (ano-base) nos mostra uma redução de 8,23% das matrículas na educação básica e um aumento de 23,96% daquelas referentes aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em segundo lugar, a despeito do aumento expressivo de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, vale destacar a baixa porcentagem do número dessas – média de 1,2% no período dos sete anos analisados - em relação às matrículas totais. Se considerarmos as estimativas da OMS sobre a incidência de pessoas com deficiência (cerca de 10% da população geral), a análise dos números sugere que boa parte da demanda de pessoas com necessidades educacionais especiais em idade escolar não está sendo atendida em nosso país.

Em Mato Grosso do Sul, a tendência de redução das matrículas na educação básica e de aumento das de alunos com necessidades educacionais especiais é equivalente à observada nos dados nacionais, mas em proporção diferente. O cotejamento dos dados de 2010 com os do ano-base indica uma redução de 2,32% das matrículas na educação básica e um aumento de 21,83% das de

alunos com necessidades educacionais especiais. Em relação ao ano base, observa-se uma variação no número de matrículas, com destaque para o aumento de 27,75% de 2006, seguido por uma queda de 0,44% em 2007.

A porcentagem do número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em relação às matrículas totais em MS é em média de 1,7%, superior à nacional, mas ainda aquém da população estimada pela OMS.

No Paraná, a tendência de queda no número de matrículas totais mantém-se ao longo do período analisado, atingindo 4,49% a menos em 2010. Já em relação às matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, a situação é bastante distinta. O aumento observado entre 2005 e 2007, em média de 15,3%, é seguido por uma queda acentuada, em média de 21,6%, nos anos finais do período. Destaca-se a queda de 28,81% em 2009, em comparação ao ano-base. Tal situação indica que ao longo de três anos, milhares de pessoas com necessidades educacionais especiais deixaram de receber qualquer tipo de atendimento educacional, seja ele especializado ou não. Os dados analisados no presente artigo não nos permitem explicar o motivo de tal redução e remetem à necessidade de novos estudos com este foco de investigação.

Por outro lado, o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no PR representa, em média, 2,3% das matrículas totais do estado, superior à nacional e a do estado de Mato Grosso do Sul.

Na tabela 2, apresentamos o modo como as matrículas gerais e as de alunos com necessidades educacionais especiais está distribuído pelas modalidades de ensino.

Tabela 2: Matrículas de alunos em geral e com necessidades educacionais especiais em Mato Grosso do Sul e no Paraná por modalidade de ensino (2004-2010)

Ano	Matrículas	Ensino Regular		Educação Especial		EJA	
		MS	PR	MS	PR	MS	PR
		2 747					
2004	Total Geral	682 657	694	-	49	61 789	106 329
	NEE	4 253	14 012	6 156	291	165	2 856
			2 697				
2005	Total Geral	686 671	361	-	50	70 136	92 225
	NEE	5 818	17 392	6 266	766	318	2 889
			2 709				
2006	Total Geral	690 282	650	-	51	74 818	167 922
	NEE	6 762	26 002	6 209	205	538	2 670
			2 491				
2007	Total Geral	621 405	652		48	77 326	197 152
	NEE	4 075	27 695	5 958	414	494	1 776
			2 508				
2008	Total Geral	602 779	002	-	34	81 870	185 198
	NEE	5 255	18 247	5 340	926	595	1 305
			2 514				
2009	Total Geral	603 204	947	-	29	79 012	161 771
	NEE	5 574	16 801	4 868	300	687	994
			2 495				
2010	Total Geral	620 684	161	-	26	51 756	165 705
	NEE	7 540	25 901	4 697	540	646	1 588

Fontes: MEC/INEP. Sinopses estatísticas da educação básica (2004, 2005 e 2006); MEC/INEP. Microdados (2007, 2008, 2009 e 2010).

O agrupamento dos dados de matrícula por modalidade de ensino nos permitiu analisar detalhadamente a configuração da educação especial nos estados de MS e do PR. As matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular representaram, em média, 0,86% em MS e 0,8% no PR do total de matrículas desta modalidade. Na EJA, a porcentagem de matrículas deste alunado comparada com os números totais, representou em média, 0,7% em MS e 1,5% no PR.

Em MS, considerando o ensino regular, com exceção da redução das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em 2007 (-4,2% em relação a 2004), observa-se um aumento significativo dos números no período, destacando-se o ano de 2010 com 77,3% a mais de matrículas deste alunado do que no ano-base.

Ainda em relação às matrículas no ensino regular, no estado do PR a tendência de aumento é evidente, chegando a 97,7% a mais no ano de 2007, em comparação a 2004. Por outro lado, tomando os dados ano a ano, observamos uma variação acentuada nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nessa modalidade de ensino. Entre 2007 e 2008, há uma diminuição de 9.448 matrículas e pela redução nas outras duas modalidades, podemos inferir que não houve incorporação destes alunos nem em espaços segregados (identificada na tabela como Educação Especial) e nem na EJA.

No ensino especial, que computa as matrículas em classes e escolas especiais, observamos que em MS, após pequeno aumento em 2005 e 2006, a tendência é de queda nos anos seguintes, chegando a -23,7% em 2010 em comparação ao ano-base. Mesmo com tal tendência, as matrículas nos espaços segregados só foram inferiores às do ensino regular nos dois últimos anos do período.

No estado do PR observamos a mesma tendência de MS, qual seja, pequeno aumento nos anos de 2005 e 2006 e queda acentuada nos anos subsequentes, chegando a -46,2% em 2010. Apesar da queda acentuada de matrículas nos sistemas segregados, o incremento no ensino regular não foi suficiente para que superasse o ensino especial. Além disso, cumpre destacar que em 2008 e 2009 as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais reduziram drasticamente em ambas as modalidades, indicando que não há migração de sistemas segregados para os regulares e que, provavelmente, o incremento no ensino regular possa ocorrer na reclassificação do próprio alunado da escola comum. Mais uma vez, análises mais acuradas que fogem do escopo deste texto precisam ser realizadas.

Na EJA, os dados de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais são muito distintos nos dois estados. Enquanto em MS ocorre um incremento significativo, chegando a 316,4% em 2009, no PR a queda é acentuada, chegando a -65,2% no mesmo ano. Em MS, as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais representam, em média, 0,7% do total geral da EJA no estado e no PR a porcentagem é, em média, de 1,5%. Meletti e Bueno (2010) mostram que as matrículas deste alunado na

Educação de Jovens e Adultos parece ser a expressão localizada do problema que envolve toda a educação básica no Brasil, qual seja a de que, apesar do incremento das matrículas em geral, os níveis de aprendizagem são muito baixos o que implica retorno à escola por essa modalidade.

CONSIDERAÇÕES

A história de nosso país traz forte presença do setor privado no atendimento aos alunos com deficiências, de forma marcadamente separada, em instituições especializadas. Com o processo de universalização da educação, o direito desses alunos à educação pública foi lembrado e, embora desde a década de 1960 já se sugerisse sua matrícula em escolas regulares, por influência do movimento de integração¹³, apenas nas últimas décadas verifica-se alteração significativa do número de matrículas desses alunos nessa modalidade de ensino. Os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul não são estranhos à Educação Especial. Diferentemente, ambos possuem forte história de atendimento a essa população e forte presença de instituições especializadas de caráter filantrópico.

Retomamos Di Giovanni (2009), quando ressalta a complexidade de efetivação de uma política pública e a emaranhada interação entre o Estado e a sociedade. A recente tensão, entre instituições e governo, para o estabelecimento de normas para a educação proposta às pessoas com deficiências na política educacional brasileira também é presente nos dois estados estudados. De certa forma, os dados apontam esta tensão. Embora exista tendência de crescimento de matrícula dessa população no ensino regular, há em alguns anos tendência de aumento de matrícula na forma mais “segregada” (classes e escolas especiais), ainda que em menor número no estado de Mato Grosso do Sul.

Ressaltamos que a política de cada estado parece ser distinta. Enquanto em Mato Grosso do Sul não existem mais classes especiais no sistema estadual de ensino e o Governo do Estado tenha tentado suspender o convênio de cedência de professores a instituições privadas, no estado do Paraná a ocorrência de classes especiais é ainda considerável e uma resolução recente altera a denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, as reconhecendo, de certa forma, como escolas de educação básica para fins de subsídios públicos.

Enfim, todas essas informações apontam para as dificuldades de implantação da política educacional vigente e para a forte presença dos setores privados na educação brasileira, que se revela, entre outros espaços, na presença marcante das instituições especializadas.

13 Para detalhes da história da educação das pessoas com deficiências, ver Jannuzzi (1985, 2004).

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução n.4**, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em dezembro de 2011.

BRASIL. MEC. SEESP. **Sala de recursos multifuncionais**: espaço para atendimento educacional especializado. Brasília, 2006.

BRASIL. MEC/SEESP. **Educação inclusiva**: Direito à Diversidade: Documento Orientador. SEESP: Brasília, 2006.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 30/06/2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação Especial**. Cadastro Geral dos estabelecimentos do ensino especial. 2º Volume. Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Informações para o Planejamento. **Sinopse estatística da Educação Especial**. Vol. I. 1988. Brasília: MEC/CIP, 1991a.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Informações para o Planejamento. **Sinopse estatística da Educação Especial**. Vol. II.: 1988. Brasília: MEC/CIP, 1991b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Mensagem presidencial. 2003. Disponível em [http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf). Acessado em abril de 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2008-2011**. Vol. I, 2007. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual_PPA_081015_PPA_2008_mesPres.pdf. Acessado em abril de 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: o direito à diversidade, v. 01. Brasília: SEESP/MEC, 2004.

BUENO, C. C.; KASSAR, M. C. M. Público e privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

KASSAR, M. de C. M.; et al.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa**, n. 82, UNICAMP, 2009.

JANNUZZI, G. S. de M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. O especial na educação, o atendimento especializado e a educação especial. **Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial**. Nova Almeida, 2011. CD-ROM, pp. 1-17.

MELETTI, S. M. F. e BUENO, J. G. S. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). **Anais 33 Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2010. CD-ROM, pp. 1-17.

MP PROPÕE RETOMADA IMEDIATA DE CONVÊNIOS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Disponível em <http://pedrokemp.com.br/geral/mp-propoe-retomada-imediata-de-convenios-com-educacao-especial/2363/22/02/2007/>. Acessado em janeiro de 2012.
PARANÁ. GS/SEED. Resolução n.3600 de 18 de agosto de 2011.

Submetido em: 05/2012

Aprovado em: 07/2012